

Fiesp é contra, por princípio.

Afinal, os empresários aceitariam ou não a proposta já esboçada em vários artigos do novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, de um congelamento de preços-salários-serviços por tempo determinado depois de efetivamente realinhados todos os preços? A resposta parece difícil e, algumas vezes, contraditória. O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, por exemplo, num primeiro lance que resume o pensamento empresarial, diz: "Defendemos o livre mercado e somos contrários a qualquer tipo de congelamento, por princípio". Mais que isso, pede aos homens da livre iniciativa que não pensem nesses termos, por saber das distorções que isso acarreta por antecipação no mercado, em termos de preços.

No entanto, por outro lado, os empresários não descartam a possibilidade de, uma vez estabilizados os preços pelas vias normais do mercado, buscar uma saída pouco ortodoxa para eliminar a inflação inercial. Nildo Masini, um dos vice-presidentes da Fiesp, observa que o congelamento no Cruzeiro I não funcionou. Mais que isso, desorganizou a produção e fez disparar a inflação. Mas acredita que, após um "choque de liberdade de preços", coordenado com uma redução do crescimento nacional para 3% (como propõe o ministro Bresser Pereira), a tendência será de queda na demanda.

Essa queda, segundo Masini, equilibrará os preços e evitará a especulação "já que não adianta aumentar preços artificialmente, pois não haverá compradores". No momento de equilíbrio, Masini acha "congelamento pactuado" entre

empresários e trabalhadores, por um determinado período, poderia ser viável. Seu objetivo: eliminar a inflação inercial. O próprio integrante do CSE (Conselho Superior de Economia) da Fiesp, Cláudio Bardella, não se opõe totalmente à forma teórica como o ministro preconiza o fim da inflação inercial, depois de reindexada praticamente toda a economia. Por exemplo, observa Bardella, se todos os preços (onde se incluem salários, serviços etc.) fossem reajustados em OTN, não é impossível pensar em eliminar essa OTN, num dado momento, pondo fim à inflação inercial.

Cláudio Bardella tem uma condicionante para tudo isso não passar de teoria (aliás, os demais empresários também destacaram este ponto): que haja um rígido controle do déficit público e um acerto (e controle também) da dívida externa. Sem isso, o diretor do Departamento de Economia (Decon) da Fiesp, Walter Sacca, acha que será apenas parar um processo, para lhe dar continuidade de 90 ou 120 dias depois. De acordo com Carlos Eduardo Uchioa Fagundes, diretor do Decad (Departamento de Estatística), da entidade, contudo, convém ressaltar que todos esses empresários não enxergam um "congelamento" como a maioria das pessoas o visualizam num primeiro instante.

O próprio Nildo Masini salienta que não se trata de medida unilateral. Walter Sacca acha que isso seria impossível enquanto o governo entrar num acordo social, ou qualquer outro nome que venha a ter, apenas como juiz e não como participante, ou seja: acerta-se um congelamento por tempo determinado, de preços e salários, mas o governo mantém a administração ou o abu-

so nos gastos públicos. Por isso Mário Amato prefere dizer que Bresser Pereira foi mal-interpretado ao falar em seus planos futuros de congelamento ou coisa que o valha. Porque, inclusive, Amato ouve comumente frases como a do presidente da Anfavea, André Beer, de que congelamento é um problema sério, mesmo quando cogitado em termos de pacto.

Também Walter Sacca não se desviou muito dessa trilha. Diz que o Brasil e sua economia têm vivido no sobressalto e que isso é ruim para atrair investimentos. A palavra "congelamento", seja como for, assusta antes de dar explicações. Mesmo assim, o diretor do Decon não quer ser totalmente intransigente. Diz que o combate à inflação pode ter três vias: pela via mais lenta, através do combate aos gastos públicos num sistema de livre mercado; pela via ortodoxa, que pode trazer a recessão; e a via heterodoxa, que pode gerar controles artificiais no mercado. As duas últimas "são as mais perigosas", segundo Sacca. Mas ele não descarta uma suave mistura entre as três: "Se for preciso misturar para evitar traumas na economia, é de se pensar", diz. Pensar, para ele, quer dizer acordo tripartite na elaboração de um plano de longo prazo.

Porque, para Walter Sacca, qualquer choque ou medida "radical" contém perigo.

"O risco elevado dos métodos radicais é o seguinte: quem decide o projeto e a hora de sua aplicação são os técnicos e economistas. Agora, quem decide a hora de administrar suas correções são os políticos. E nesse caso a experiência recente demonstra que os resultados não são os melhores", explica.

Sérgio Leopoldo Rodrigues